

Placa com identificação da Zona Azul no Centro; cobrança não pode mais ser feita pela Rizzo

Contrato com a Rizzo é rompido

Portaria determina que empresa não responde mais pela Zona Azul P2

Nesta edição: Marília



Nova etapa da reforma do aeroporto fica para início de 2024 pr



Aeronave no aeroporto de Marília; inicialmente, obras de nova etapa da reforma iriam começar em dezembro, mas projeto ainda está sob a análise do município

Assessoria de Imprensa



Delegada Raquel Gallinati foi eleita cinco vezes uma das melhores do país

Delegada dá dicas para a proteção das mulheres

Raquel Gallinati destaca ações que podem aumentar a segurança nos serviços de transporte P5

Prefeitura rompe contrato com a empresa responsável pela Zona Azul

Taís Iatecola

taisiatecola@odiademarilia.com.br

Em portaria publicada no Domm (Diário Oficial de Marília) deste sábado (2), assinada pelo prefeito Daniel Alonso (sem partido), o município rompe o contrato com a Rizzo Parking, gestora da Zona Azul, sistema de estacionamento rotativo da cidade. Segundo a prefeitura, a rescisão tem como base a Lei Federal nº 8.666/93, a chamada "Lei das Licitações", após decisão administrativa que impôs restrições e multa à empresa por descumprimento do contrato.

Desde ontem (2), a Rizzo não pode mais cobrar pelo uso tempo-

rário das vagas ou emitir cobrança de valores caso os motoristas não adquiram os tíquetes pelo período em que usarem as vagas identificadas como Zona Azul.

A portaria é publicada após alguns dias de decisão judicial que manteve multa aplicada pela prefeitura por irregularidades e descumprimento do contrato, mas que abriu prazo para a Rizzo se manifestar. Na portaria, Alonso destaca que não acolhe recurso da empresa objetivando reformar a decisão de processo administrativo que lhe impôs as sanções de multa, impedimento de licitar pelo prazo de um ano e, consequentemente, rescisão do contrato

de concessão.

"Mantenho a decisão ora guerreada por seus próprios fundamentos, imposta pela Portaria nº 43.226, de 6 de novembro de 2023, com rescisão imediata do contrato e início da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de um ano com o município de Marília". Na portaria, é observado que a gestora da Zona Azul sofreu penalidades administrativas e que o processo administrativo punitivo obedeceu regras legais e constitucionais, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa, e que a empresa acusada, mesmo notificada, não sanou as irregularidades apontadas pelo município, como parquímetros com defeito e falta de sinalização de solo e de identificação das vagas e de monitores e retenção de taxa por estacionamento irregular.

Reprodução/Internet



Mulheres em bar; legisla m





Diferentes pontos do comércio recebem revitalização para o período de fim de ano

Redação O DIA

editor@odiademarilia.com.br

Quem frequenta o calçadão híbrido de Marília já reparou que o centro comercial está passando por revitalização com trabalho conjunto da Acim (Associação Comercial e de Inovação de Marília) e Emdurb (Empresa Municipal de Mobilidade Urbana). Estão sendo feitos sinalização, calçamento e pintura de equipamentos urbanos, como lixeiras e postes. Carlos Francisco Bitencourt Jorge, presidente da Acim, destaca que o trabalho ainda será realizado em outros pontos. "Os corredores comerciais em outras regiões também receberão este



Estão sendo feitos sinalização, calçamento e pintura de lixeiras e postes pelo comércio

suporte", comenta.

Segundo a Associação, é importante que haja o envolvimento do comerciante na manutenção das melhorias que serão

realizadas. "Alguns comerciantes já se prontificaram em cuidar das lixeiras e das plantas que serão plantadas", disse o superintendente José Augusto Gomes. Para ele, o calçadão é público, porém, sempre conservado, será um atrativo permanente.

A proposta da Acim é fazer com que a recepção aos consumidores de Marília e região seja a melhor possível. De acordo com Bitencourt Jorge, são 1,2 milhão de pessoas residentes em cidades do entorno de Marília, que utilizam a cidade como polo regional de consumo. "Estamos procurando deixar da melhor maneira possível os acessos às lojas do Centro e dos bairros, além dos shoppings, galerias e condomínios de lojas", explica. O comércio dá início ao funcionamento noturno nesta semana.





Danilo quer saber critérios utilizados para liberação de ginásio para eventos

Redação O DIA editor@odiademarilia.com.br

Na próxima sessão da Câmara, do dia 4, o vereador Danilo Bigeschi, o Danilo da Saúde (PSB), vai cobrar do prefeito Daniel Alonso (sem partido) informações sobre os critérios que vêm sendo adotados pelo município para a liberação do ginásio de esportes "Neusa Galetti" para a realização de eventos.

Conforme o vereador, seu gabinete recebe com frequência reclamações de moradores vizinhos ao ginásio relatando problemas quando o local sedia eventos como o que ocorreu em setembro, de competição de som automo-



Danilo da Saúde na Câmara; requerimento cobra explicações do prefeito Daniel Alonso

tivo. "É necessário que o prefeito adote providências em relação à utilização do ginásio municipal para atividades que não respeitam as normas legais, pois elas acabam gerando situações de perturbação do sossego dos moradores daquela região. A maioria é de idosos e pessoas com problemas de saúde. No evento de setembro, por exemplo, barulho foi ensurdecedor e causou sérios transtornos às diversas famílias."

Danilo da Saúde destaca ainda que a situação no local é recorrente e provoca diversas reclamações e dezenas de chamados no 190. "Eles [moradores] relataram que haverá outra festa e já estão apreensivos. Desta forma, solicito que o prefeito informe quais os critérios utilizados para autorização de uso deste espaço público, bem como esclareça se as exigências legais estão sendo cumpridas. Por fim, explique quais providências serão adotadas para que situação semelhante não aconteça novamente."



Importunação sexual: delegada dá dicas para proteção das mulheres

Redação O DIA editor@odiademarilia.com.br

Em meio a uma realidade em que a segurança das mulheres é frequentemente colocada à prova, o tema da importunação sexual ganha destaque nos espaços urbanos, especialmente no transporte público e nos carros de aplicativo. Diante deste cenário, é crucial conscientizar e orientar as mulheres sobre os cuidados necessários para se protegerem.

Em entrevista exclusiva à Jovem Pan Marília (100,9 FM), a delegada Raquel Gallinati, eleita cinco vezes consecutivas como uma das melhores do país e diretora da Adepol (Associação dos



Delegada foi eleita cinco vezes consecutivas como uma das melhores do país

Delegados de Polícia do Brasil), compartilhou algumas dicas essenciais voltadas principalmente para mulheres que usam com frequência esses meios de transporte. De acordo com a delegada, entre as medidas preventivas, destacam-se atitudes simples, porém fundamentais. Ao utilizarem o transporte público, é recomendável que as mulheres evitem aglomerações excessivas, mantenham-se atentas ao ambiente ao redor e utilizem aplicativos de rastreamento em tempo real, práticas que podem contribuir para a segurança.

A delegada destaca ainda que no caso dos carros de aplicativo, a escolha de plataformas confiáveis e bem avaliadas é um ponto crucial. Antes de embarcar, é importante verificar se o veículo e o motorista correspondem às informações fornecidas pelo aplicativo. Compartilhar a rota com amigos ou familiares e permanecer atenta ao trajeto são ações que geram mais segurança.

Confiar nos instintos é fundamental, orienta Raquel

Vale ressaltar que, em muitos lugares, existem canais específicos para denúncias de assédio no transporte público e em aplicativos de mobilidade. Conhecer esses mecanismos e, se necessário, reportar casos de importunação são passos importantes para coibir tais comportamentos. "É fundamental confiar em seus instintos. Se algo parecer suspeito ou se sentir algum desconforto, mude de lugar ou busque ajuda imediatamente. A segurança é uma responsabilidade coletiva", diz a delegada.

Segundo ela, é esperado que as empresas de transporte por aplicativo adotem políticas de tole-

rância zero para comportamentos inadequados, realizem verificação rigorosa dos antecedentes de motoristas e promovam campanhas de conscientização. Denúncias de importunação devem ser feitas prontamente e as plataformas devem responder com ações rápidas e efetivas.

Diante do desafio persis-

tente da importunação sexual, a responsabilidade coletiva em promover ambientes seguros é crucial. "A união de passageiros contra comportamentos criminosos é poderosa. E lembrem-se, ao adotarmos essas práticas nós vamos contribuir para criarmos ambientes mais seguros e respeitosos no transporte público."



Ampliação do aeroporto deve começar em janeiro; projeto está com município

Redação O DIA editor@odiademarilia.com.br

A empresa que administra o Aeroporto de Marília "Frank Miloye Milenkovich" e mais 15 pelo estado, através de concessão por 30 anos com o governo de São Paulo, deve continuar as obras de reforma e ampliação no aeródromo no mês de janeiro. A Rede VOA informou ao O DIA que os trabalhos, antes previstos para começarem agora em dezembro e com duração programada de seis meses, tiveram o projeto protocolado na prefeitura e estão em fase de aprovação com o município.

De acordo com informações repassadas pela assessoria, neste

ano, até o mês de agosto, foram investidos R\$ 1 milhão, com a colocação de alambrados, selagem de trincas na pista de pouso e decolagem, recuperação no pátio de concreto, compra e colocação de catracas na sala de embarque, projeto arquitetônico para ampliação do terminal de passageiros, medição de atrito e colocação de macrotextura.

No próximo ano, há a previsão de investir mais R\$ 3,5 milhões, com a colocação de um boulevard de 600 metros quadrados, onde fica o atual terminal, com 30 lojas e prestadores de serviço. Já o terminal de passageiros mudará para um prédio novo, com dois anda-



Foi feita recuperação do pátio e pista de pouso e decolagem recebeu selagem de trinca

res, sendo embarque no térreo e o desembarque no primeiro piso. A área total do novo terminal é de 2 mil metros quadrados e a concessionária pretende triplicar a capa-

cidade do aeroporto de Marília.

No próprio site a empresa destaca que atualmente o local tem atendimento executivo e comercial, com um voo diário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTANA

Av. Santa Amélia, 364 - TEL. (14) 3488-1188/1437 CEP: 17.670-000 - QUINTANA-SP CNPJ: 44.569.051/0001-04 - e-mail: pmquintana@life.com.br



EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de Quintana, Estado de São Paulo, torna público que realizará, na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições ao CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS para o preenchimento de vagas dos cargos abaixo específicados providos pelo Regime Celetista. O Concurso Público será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento elaborado em conformidade com os difames da Legislação Federal e Municipal, vigentes e pertinentes.

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1- A organização, aplicação e correção do Concurso Público serão de responsabilidade da CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda.
- É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações de TODOS os atos, edi resultados, convocações e comunicados referentes a este concurso público. Até o resultado final o candi deve acompanhar as publicações no site www.conseps.com.br e a patrir de então, as publicações es erão fe exclusivamente pelo órgão realizador em seus órgãos oficiais de publicação, além de afixação em seus átrios
- Os cargos, as vagas (total de vagas ofertadas, vagas de Ampla Concorrência (AC) e vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD), a carga horária semanal, o vencimento mensal, os requisitos e a escolaridade exigidos 8ão os estabelecidos na tabela abaixo:

| Cargos | 1 | /aga | s | Carga Horária | Vencimentos | Nível de Escolaridade e Requisitos |
|----------------------------|-------|------|-----|------------------|-------------|------------------------------------|
| Cargos | Total | AC | PcD | Semanal | R\$ | Mivel de Escolaridade e Requisitos |
| Agente Lancador Tributário | 01 | 01 | - | 40hs | 1.989.04 | Ensino Superior |

- 1.4- Os vencimentos constantes na tabela anterior estão atualizados até a data de publicação deste Edital.
- 1.5- As atribuições dos cargos são as constantes do Anexo I do presente Edital

CAPÍTULO 2 - DAS INSCRIÇÕES

- A inscrição implica na aceitação, por parte do candidato, de todos os principios, normas e condições do Concurso Público estabelecidos no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.
- 2.1.1- O candidato será responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, bem como por qualquer erro e omissão, e deverá estar ciente de que disporá dos requisitos necessários para posse, especificados neste Edital.
 - Para se inscrever, o candidato deverá atender às condições para provimento do cargo e entregar em data a ser fixada em publicação oficial, quando da posse, a comprovação de:

 ser brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do art. 12 da Constituição Federal;
 ter até a data da posse, idade minima de 18 anos;
 estar quite com as obrigações eleitorais;
 estar quite com as obrigações eleitorais;
 yogozar de boa saúde fisica e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por avaliação médica oficial realizada por profissionais designados pela Prefeitura;
 no registrar antecedantes criminais nos últimos 15 anos expandoses no plana exercício de seus direitos.

 - VΙ não registrar antecedentes criminais nos últimos 05 anos, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
 - não ter sido demitido ou exonerado de serviço público (federal, estadual ou municipal) em consequência de VII
 - processo administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público) nos últimos 05 anos, não ocupar emprego ou cargo público, ressalvados os acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da VIII.
 - possuir os requisitos mínimos exigidos para o cargo, constantes do presente edital.
- As inscrições serão feitas exclusivamente via internet, no site www.consesp.com.br, no período de 25 de novembro a 25 de dezembro de 2023, (horário de Brasilia), devendo, para tanto, o interessado proceder da
 - inite forma: inite forma: inite forma: de 2020, (totale de blashia), devendo, pala lainto, o initelessado proceder da acesse o site <u>www.consesp.com.br</u> e clique, em inscrições abertas, sobre a cidade que deseja se inscrever. em seguida, clique em INSCREVA-SE JÁ, digite o número de seu CPF, leia e aceite os termos e condições e clique em continuar;
 - c) digite corretamente o CEP de seu endereço, escolha o cargo para o qual deseja se inscrever, clique em

 - contínuar,
 d) na próxima página preencha corretamente os dados de inscrição, leia e aceite os termos e condições e,
 clique em FINALIZAR INSCRIÇÃO,
 e) em seguida confira seus dados, o cargo escolhido, crie sua SENHA DE ACESSO e clique em CONCORDO
 e EFETIVAR INSCRIÇÃO;
 f) na sequência, escolha a opção de pagamento, se Pix ou boleto, GERE E IMPRIMA O DOCUMENTO da
 forma escolhida, e efetue o pagamento da taxa de inscrição, respeitando a data de vencimento e horário de
 Brasilia
- 2.2.1- Caso o candidato seja pessoa com deficiência, DEVERÁ no momento da inscrição solicitar o atendimento especializado, se necessário e, observar as regras do capítulo 3 deste Edital. (A não solicitação deste atendimento eximirá a empresa de qualquer providência).
- 2.2.2- Para inscrever-se o candidato deverá recolher o valor correspondente a R\$ 50,00 (cinquenta reais) referente a
- 2.2.3- O pagamento com BOLETO deverá ser feito em qualquer agência bancária até a data de vencimento, que corresponde ao primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições, entendendo-se como "não úteis" exclusivamente os feriados nacionais e estaduais e respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada, recebida e validada.
- 2.2.4-O pagamento com PIX deverá ser feito em qualquer agência bancária até o último dia de inscrição respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada, recebida e validada
- 2.2.5- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por meio de cheque, depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-simile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital, em especial fora dos meios elencados no item 2.2.3 e 2.2.4.
- 2.2.6- Quarenta e oito horas após o pagamento, conferir no site <u>www.consesp.com.br</u> se os dados da inscrição efetuada pela internet foram recebidos e seu status encontra-se como "inscrição confirmada". Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a CONSESP, pelo telefone (11) 5093-1314, para verificar o ocorrido.
- 2.2.7- Para gerar o comprovante de inscrição (após o pagamento) basta digitar o seu CPF no menu CONSULTE, em seguida selecionar o Concurso correspondente à inscrição desejada, e imprimir comprovante de inscrição.
- 2.2.8- A CONSESP não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.
- Após encerramento das inscrições, os eventuais erros de digitação no nome, CPF e data de nascimento deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas, mediante solicitação ao Fiscal de Sala.
- A taxa de inscrição somente será devolvida ao candidato nas hipóteses de cancelamento do certame pela própria Administração ou quando o pagamento for realizado em duplicidade ou fora do prazo
- O candidato que não tiver acesso próprio à internet poderá efetuar sua inscrição por meio de serviços públicos, tais como o Programa ACESSA SÃO PAULO, que disponibiliza a todo cidadão, gratuitamente, postos públicos para o acesso à internet. Para utilizar os computadores, basta fazer um cadastro e apresentar o documento de identidade nos Postos do ACESSA SÃO PAULO.

CAPÍTULO 3 - DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 e suas alterações posteriores que regulamentam a Lei 7853/89, reservado às pessoas com deficiência, aprovadas e classificadas dentro dos limites estabelecidos no presente edital, terão reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.

- 3.1.1- Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0.5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aum
- 3.1.2- Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal 3.298/99, e demais legislações posteriores, vigentes e pertinentes.
- Para ter direito a reserva de vagas o candidato deficiente DEVERÁ:
 a) caso já possua no ato da inscrição a documentação exigida digitalizada na extensão "PDF", cujo tamanho
 máximo deve ser de 10MB, em um único arquivo, o candidato DEVERÁ realizar o UPLOAD, anexando os
 documentos exigidos e clicar no botão ENVIO DE ARQUIVOS, em seguida: ENVIAR LAUDO MÉDICO,
 ESCOLHER ARQUIVO (ANEXAR) e digitar no NOME/DESCRIÇÃO: LAUDO MÉDICO, clicar em ENVIAR, sob
 pena de indeferimento da inscrição;

b) se no momento da inscrição o candidato NÃO anexar os documentos exigidos para validação na condição de pessoa com deficiência, DEVERÃ até o día útil subsequente ao término das inscrições (vencimento documento), por meio de UPLOAD, na extensão "PDF", cujo trananho máximo deve ser de 10MB, em um único arquivo, acessar a página inicial do site www.consesp.com.br, localizar a área ENVIO DE ARQUIVOS, digitar seu CPF e senha de acesso (criada no momento da inscrição), clicar em consultar, em seguida clicar em ENVIAR LAUDO MÉDICO, ESCOLHER ARQUIVO (ANEXAR) e digitar no NOME/DESCRIÇÃO: LAUDO MÉDICO, clicar em ENVIAR, sob pena de indeferimento da inscrição;

- c) a documentação exigida digitalizada na extensão "PDF", cujo tamanho máximo deve ser de 10MB, em um único arquivo, é:
- l'aludo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID —, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova, sob pena de indeferimento da inscrição.
- As informações prestadas na ficha de inscrição no que se refere à inscrição, inclusive como pessoa com deficiência, assim como a documentação encaminhada, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo civil, criminal a edministrativamente pelo teor das afirmativas A CONSESP não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.
- 3.2.2- A pessoa com deficiência que no ato de inscrição não declarar essa condição ou ainda não fizer o "upload" do laudo médico, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas (inscrição indeferida como pessoa com deficiência), mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição online. Neste caso, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação posteriormente.
- O atendimento às condições especiais viabilidade e da razoabilidade do pedido. speciais (atendimento especializado) solicitadas ficará sujeito à análise de
- 3.2.4- Os documentos enviados para a inscrição como pessoa com deficiência terão validade somente para este Processo de Seleção e não serão devolvidos.
- 3.2.5- As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações posteriores, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos
- 3.2.6- O candidato deverá incluir no momento da inscrição de pessoa com deficiência o detalhamento dos recursos necessários para realização da prova (exemplos: prova ampliada, sala de fácil acesso com rampa ou no térreo, mesa especial para cadeirante etc.).
- 3.3- Ao ser convocado para a investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 3.3.1- Após o ingresso do candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo e de aposentadoria por invalidez.
- A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas; contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes
- 3.4.1- Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

CAPÍTULO 4 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

4.1- O Concurso Público constará das seguintes provas:

| | Prova Objetiva | | | | | | |
|----------------------------|--|----|---------------------------|----------------|--|--|--|
| NÍVEL SUPERIOR | Conhec. Específicos Lingua Portuguesa | | Conhec. de Informática | Conhec. Gerais | | | |
| Agente Lançador Tributário | 10 | 10 | 10 | 10 | | | |

- 4.2- Os conteúdos constantes das provas são as constantes no Anexo II do presente Edital
- 4.3- A Prova Objetiva visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário para o desempenho das atribuições do cargo.

CAPÍTULO 5 - DAS NORMAS

- 5.1- LOCAL DIA As provas objetivas (escritas) serão realizadas na cidade de Quintana na data provável de 21 de de janeiro de 2023, nos horários descritos abaixo, em locais a serem divulgados por meio de Edital próprio que será afixado no local de costume da Prefetiura, por meio de jornal com circulação no município e do site www.consesp.com.br, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Abertura dos portões - 7:15 horas Início das Provas – 8:00 horas

- 5.1.2- A prova objetiva terá a duração de 2h00min (duas horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas, e desenvolver-se-â em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, na forma estabelecida no presente Edital.
- Caso o número de candidatos exceda a oferta de locais suficientes ou adequados na cidade, a critério da CONSESP e da Prefeitura, as provas poderão ser realizadas em outras cidades próximas, aplicadas em datas e horários diferentes ou mesmo divididas em mais de uma data e horários, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais, por meio do site www.consesp.com.br.
- Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Sugere-se que os candidatos compareçam 1 (uma) hora antese do horário marcado para o fechamento dos portões, pois, pontualmente no horário determinado, os portões serão fechados não sendo permitida a entrada de candidatos
- 5.3.1- O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.
- O candidato deverá comparecer ao local designado, munido de caneta de material transparente e tinta azul ou preta, lápis preto e borracha, além de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

 Cédula de Identidade RG;
 Carteira de Orgão ou Conselho de Classe;
 Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 Certificado Militar;
 Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
 Passaporte.
- 5.4.1- Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura, podendo o candidato a di adentificação especial caso seu documento oficial de identificade apresente dividas quanto à fisionomia ou assinatura.
- COMPORTAMENTO As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agenda eletrônica, telefone celular, smartphone, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, turbantes, chapelarias

- idereços, protetores auriculares e outros acessórios similares. O candidato que for flagrado na sala de tendo uso de qualquer dos pertences acima será excluído do concurso.
- O candidato que necessitar usar boné, gorro, chapéu, protetor auricular ou óculos de sol deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela Coordenação. Constatado qualquer problema, o candidato poderá ser excluido do Concurso.
- 5.5.2- Recomenda-se aos candidatos não levarem para o local de provas aparelhos celulares, contudo, se levarem, estes deverão ser desligados, preferencialmente com baterias retiradas, e acondicionados em invólucro fornecidos pela CONESEP, juntamente com demais perfences pessoais e colocados embaixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Pertences que não puderem ser alocados nos sacos plásticos deverão ser colocados no chão sob a guarda do candidato
- 5.5.3- O candidato que for surpreendido dentro ou fora da sala antes do término da prova portando celular fora da embalagem lacrada fornecida pela CONSESP, mesmo que off-line (desligado) ou dentro dela, porém on-line (ligado) será excluido do Concurso Público, podendo, se quiser, continuar fazendo a prova, mas ciente de sua exclusão, inclusive poderá responder criminalmente por tentativa de fraude em concursos. Ao concluir a prova e deixar a sala, o candidato deverá manter desligado o celular até a saída do prédio.
- 5.5.4- Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato. A organizadora não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 5.5.5- Reserva-se ao Coordenador do Concurso Público designado pela CONSESP e aos Fiscais, o direito de tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas, bem como excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, tais como:
 - a) ausentar-se do local de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal:

 - a) ausentar-se do local de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscar;
 b) não devolver ao fiscal da sala a folha de respostas e/ou qualquer outro material de aplicação da prova;
 c) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido pela empresa Consesp;
 d) estiver portando arma, mesmo que possua o respectivo porte;
 e) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
- Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Volante, designado pela Coordenação do Concurso.
- Não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências, inclusive nos estacionamentos fechados internos do local de realização das provas, exceto inclusive a não participação do candidato no Concurso Público. exceto no caso de amamentação, podendo ocasionar
- 5.7.1- Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação à duração da prova da candidata.
- No ato da realização da prova objetiva, o candidato receberá a folha de respostas e o caderno de questões da prova, sendo de responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais e do material entregue pela empresa Consesp
- 5.8.1- O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, no dia da realização da prova, deverá solicitar ao Fiscal de Sala que registre em seu relatório de ocorrências.
- 5.9- A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta
- 5.9.1- A folha de respostas é personalizada e não poderá ser substituida por nenhuma das hipóteses constantes campo "LEIA COM ATENÇÃO" da respectiva folha de respostas.
- 5.10- O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após decorridos 1h (uma hora) do horário estabelecido no Edital para as mesmas, devendo entregar a folha de respostas ao Fiscal de Sala e levar consigo o caderno de questões, será excluido do concurso o candidato que não entregar a folha de resposta.
- 5.11 Ao final das provas, os três últimos candidatos, obrigatoriamente, deverão permanecer na sala, a fim de assinar o verso das folhas de respostas e o lacre do envelope das folhas de respostas juntamente com o Fiscal e Coordenador, sendo liberados quando todos as tiverem concluido.
- 5.12- Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio
- 5.13- O gabarito preliminar será disponibilizado no site www.consesp.com.br, por meio da busca por CPF/RG, após às 17h da segunda-feira subseguente à data da aplicação da prova, e permanecerão no site pelo prazo (trinta) dias

CAPÍTULO 6 - DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

- A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e
- 6.1.1- A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

 $NPO = \frac{100}{TQP} xNAP$

ONDE: NPO = Nota da Prova Objetiva TQP = Total de Questões da Prova NAP = Número de Acertos na Prova

- Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos
- 6.2.1-O candidato que não auferir, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos na prova objetiva será desclassificado do

CAPÍTULO 7 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 7.1- Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os
 - a) idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
 - b) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos, se houver.
 - c) major nota na prova de Língua Portuguesa, se houver
 - d) major nota na prova de Matemática, se houver
- 7.1.1- Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por
- 7.1.2- O sorteio será realizado ordenando-se as inscrições dos candidatos empatados, de acordo com o seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da Loteria Federal, do sorteio imediatamente anterior ao día de aplicação da Prova Objetiva, conforme os seguintes critérios:

 a) se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será a crescente;

 - b) se a soma dos algarismos da Loteria Federal for impar, a ordem será a decresce

CAPÍTULO 8 - DO RESULTADO FINAL

8.1- O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova.

CAPÍTULO 9 - DOS RECURSOS

- Somente poderá ser interposto 1 (um) recurso para cada questão, quando o mesmo se referir ao gabarito preliminar da prova objetiva, devendo o mesmo ser interposto nos termos do item 9.4 deste edital
- 9.2 Para recorrer o candidato deverá:

 - acessar o site $\underline{www.consesp.com.br}$ em seguida clicar em CONCURSOS, RECURSOS, SOLICITAR e preencher os campos solicitados.
- 9.2.1- Todos os recursos deverão ser interpostos até 2 (dois) dias corridos a contar da divulgação oficial, excluindo-se o

- da homologação das inscrições; dos gabaritos (divulgação no site); do resultado do concurso em todas as suas fases
- 9.2.2- Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail, via postal, via fax ou por meio de protocolo pessoal no órgão realizador.
- Caberá à CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda. decidir sobre a anulação ou troca de alternativas de questões julgadas irregulares. Julgados os recursos em face do gabarito e/ou da prova objetiva, sendo caso, será publicado o gabarito definitivo, com as modificações necessárias pelo qual as provas serão corrigidas, que permanecerá no site pelo prazo estabelecido no item 9.2.1 do presente edital.
- 9.3.1- Em caso de anulação de questões, por duplicidade de alternativas corretas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos, e os pontos correspondentes serão atribuidos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.
- Os recursos deverão ser fundamentados e estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de irregularidades de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada, referência bibliográfica e argumentação plausível.
- Recursos não fundamentados na forma normatizada no item anterior ou interpostos fora do prazo serão julgados como "não conhecidos", sem julgamento de mérito.
- A disponibilização da resposta aos recursos interpostos poderá ser feita por meio de consulta individual no site pelo prazo de 10 dias consecutivos.
- A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, sendo sua decisão soberana, razão pela qual não cabe recurso adicional pelo mesmo motivo, ou seja, revisão de recurso, de recurso do recurso ou de recurso de gabarito definitivo.

CAPÍTULO 10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das demais normas legais pertinentes, sobre as quais não se poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.
- 10.2 A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulaindo-se todos os atos decorrente inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, civel e penal.
- 10.3 Não obstante as penalidades cabíveis, a CONSESP poderá, a qualquer tempo, anular a inscrição ou a prova do candidato, desde que verificadas falsidades de declaração ou irregularidades.
- 10.4 A CONSESP, bem como o órgão realizador do presente certame, não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao concurso.
- 10.5 A folha de respostas do candidato será disponibilizada juntamente com o resultado final no site www.consesp.com.br.
- 10.6 Após a homologação do resultado final do Concurso Público, todos os documentos originais referentes ao mesmo Apos a homologação do resultado final do Concurso Público, todos os documentos originais referentes ao mesmo (folhae de respectae, planifiae de provae práticae e títuloe) cerão encaminhadoe devidamente lacradoe ao órgão contratante por meio de aviso de recebimento e/ou termo de entrega e que somente deverão deslacrá-los na presença do Tribunal de Contas mediante fiscalização do referido concurso e somente incinerá-los após a homologação do Concurso pelo respectivo Tribunal de Contas. A referida documentação, exceto os títulos, será mantida em arquivo eletrônico pela CONSESP, com cópia de segurança, pelo prazo de três anos.
- 10.7 A convocação para a admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando, o fato da aprovação, direito à nomeação. Apesar do número de vagas disponibilizadas no presente edital, os aprovados e classificados além desse número poderão ser convocados para aquelas que vagarem e as que eventualmente forem cinadas dentro do prazo divendade do presente concurso.
- 10.8 A validade do presente Concurso Público será de "2" (dois) anos, contados da homologação final dos resultados, prorrogável uma vez por igual período nos termos do Art. 37 da Constituição Federal.
- 10.9- O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço físico e eletrônico para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
- 10.10- O Edital poderá ser impugnado, mediante justificativa legal e dentro do prazo de 3 dias contados da publicação do Edital, que decorrido implicará em aceitação integral dos seus termos.
- Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam, com qualquer dos sócios da CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda, a relação de parentesco disciplinada nos artigos 1,591 a 1,596 do Novo Código Civil. Constatado o parentesco a tempo, o candidato terá sua inscription indeferida, e se verificado posteriormente à homologação, o candidato será eliminado do certame, sem prejuizo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- 10.12- Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal e CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltd.
- 10.13- A Homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Quintana, 25 de novembro de 2023

Fernando Itapuã Branco Nunes

AGENTE LANÇADOR TRIBUTÁRIO

- I Realizar lancamentos de créditos tributários, executar atividades de fiscalização tributária fazendária;

- I Realizar lançamentos de créditos tributários, executar atividades de fiscalização tributária fazendária;
 II Controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação;
 III Desempenhar atividades tributário-fiscalizatérias, relativas a tributos de outras esferas governamentais, mas que tenham sido delegadas para a Administração Municipai;
 IV Coordenar as atividades decorrentes de convênios firmados com o Estado e com a União, relativos à cooperação e controle de tributos que refilitam transferências financeiras intergovernamentais;
 V Lavrar pareceres, informes técnicos e outros documentos que visem orientar a Administração Municipal na solução de assuntos de ordem tributária;
 VI Prestar orientação tributária a contribuinte;
 VII Acompanhar e controlar as transferências intergovernamentais, verificando a regularidade da participação do Municipio no produto da arrecadação de tributos da União e do Estado;
 VIII Realizar os procedimentos de formação e instrução de notificações relacionadas a crimes praticados contra a ordem tributária;
 IX Apresentar dados e prestar informações e assessoramento ao Secretário da Municipal de Tributos e Rendas, ao Secretário de Administração, ao órgão de controle interno e ao Chefe do Poder Executivo, entre outras;
 X Exercer outras atividades correlatas determinadas pelo Chefe do Executivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS
Langamento, cobranças de tributos municipais; Expedição de certidões negativas e de existência, relacionadas ao Cadastro das empresas estabelecidas no Municipio; Certidões de Execução Fiscal, Abertura, cancelamento, transferência de estabelecimentos, alteração de razão social: Cadastro municipal; Impostos, taxas e contribuições de melhoria; Participação do municipio nos Impostos Estaduais e Federais. Código Tributário Nacional; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Legislação Tributária Municipal — disponível em https://www.quintana.sp.gov.br/publicos/codigo_tributario_municipal __atualizado_12093024_10112228.pdf.

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

FONOLOGIA: Conceitos básicos — Classificação dos fonemas — Silabas — Encontros Vocálicos — Encontros Consonantais — Digrafos — Divisão silábica. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos — O Alfabeto — Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos — Acentuação tónica — Acentuação gráfica — Os acentos — Aspectos genéricos das regras de acentuação — As regras básicas — As regras especiais — Hilatos — Ditongos — Formas regras de acentuação — As regras básicas — As regras especiais — Hilatos — Ditongos — Formas de formação das palavras — Conceitos básicos — Processos de formação das palavras — Derivação e Composição — Perfixos — Sufixos — Tipos de Composição — Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares — Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração — Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares — Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração — Termos Integrantes da Oração — Período — Sintaxe de Concordância — Sintaxe de Regência — Sintaxe de Colocação — Prunções e Empregos das palavras "que" e "se" — Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen — O uso da Crase — Interpretação e análise de Textos — Tipos de Comunicação: Descrição — Narração — Dissertação — Tipos de Discurso — Qualidades e defeitos de um texto — Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem — Vícios de Línguagem. Figuras de linguagem – Vícios de Linguagem.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

Sistemas Operacionais (Windows 10 * ou superior * e Linux), Conhecimentos de Teclado, Conhecimentos sobre: Word 2016 * ou superior *, Excel 2016 * ou superior *, Excel 2016 * ou superior *, PowerPoint 2016 * ou superior *, aplicativos da plataforma Microsoft 365 * ou superior *; Internet; Uso do correio eletrônico (Outlook 2016 * ou superior*); Segurança da Informação; Conceitos gerais sobre segurança física, lógica, firewall, criptografía e afins. Compartilhamento e colaboração de arquivos on-line. (*) – na sua instalação padrão, no idioma Português-Brasil.

CONHECIMENTOS GERAIS

COMINICATION IOS DERMIS Acontecimentos/Fatos marcantes no Brasil e no mundo e Atualidades Nacionais e Internacionais até a data do encerramento das inscrições.

| EVENTO | DATA |
|---|--------------------|
| Divulgação do Edital de Abertura do Concurso Público | 25/11/2023 |
| Impugnação ao Edital | 25 a 27/11/2023 |
| Período de Inscrições | 25/11 a 25/12/2023 |
| Último dia para envio dos laudos médicos (Upload) | 26/12/2023 |
| Último dia para pagamento da inscrição - PIX | 25/12/2023 |
| Último dia para pagamento da inscrição - Boleto | 26/12/2023 |
| Divulgação da homologação das inscrições e deferimento de atendimento especial e Convocação para as Provas Objetivas | 11/01/2024 |
| Recurso da homologação das inscrições | 12 e 13/01/2024 |
| Data de aplicação das Provas Objetivas | 21/01/2024 |
| Divulgação do Gabarito Preliminar no site | 22/01/2024 |
| Prazo para interposição de recursos referente questões da prova e gabarito | 23 e 24/01/2024 |
| Divulgação do resultado preliminar do Concurso Público | Até 15/02/2024 |
| Prazo para interposição de recursos sobre o resultado da pontuação das folhas de respostas | À definir |
| Publicação da Classificação Final | À definir |
| Homologação do Concurso | À definir |

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de Quintana, Estado de São Paulo, torna público que realizará, na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições do **PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS** para contratação emergencial por tempo determinado para cobertura de férias, licenças e/ou outros das vagas das funções abaixo específicadas providas pelo Regime Celetista. O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal, vigentes e pertinentes.

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- aplicação e correção do Processo Seletivo serão de responsabilidade da CONSESP -A organização, aplicação e correção do Processo Seletivo se Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda.
- É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações de TODOS os atos, editais, resultados, convocações e comunicados referentes a este Processo Seletivo. Alé o resultado final o candidato deve acompanhar as publicações no site www.consesp.com.br e a patir de então, as publicações resão feitas exclusivamente pelo órgão realizador em seus órgãos oficiais de publicação, além de afixação em seus átrios...
- As funções, as vagas (total de vagas ofertadas, vagas de Ampla Concorrência (AC) e vagas reservadas para Pessoas com Deficiência (PcD), a carga horária semanal, o vencimento mensal, os requisitos e a escolaridade exigidos são os estabelecidos na tabela abaixo:

| Funcões | V | 'agas | ; | Carga Horária | Vencimentos | Nível de Escolaridade e Requisitos |
|---|-------|-------|-----|------------------|-------------|------------------------------------|
| runções | Total | AC | PcD | Semanal | R\$ | Mivel de Escolaridade e Requisitos |
| Professor Substituto – Educação Básica | 02 | 02 | - | 30hs | 3.339,74 | Ensino Superior |

- 1.4- Os vencimentos constantes na tabela anterior estão atualizados até a data de publicação deste Edital
- 1.5- As atribuições das funções são as constantes do Anexo I do presente Edital.
- s vagas para as funções de Professores a serem oferecidas serão as remanescentes do Processo Inicial de tribuição para o ano letivo de 2024 e as que vierem surgir no decurso desse mesmo ano letivo.
- A atribuição da carga horária para as funções públicas a que se refere o presente será feita em conformidade com as necessidades da Administração Pública Municipal, respeitando-se, contudo a ordem de classificação, sendo que os horários de trabalho serão definidos a critério da Administração Municipal, em função da natureza temporária da demanda, atendendo as necessidades da Administração e o interesse público.

CAPÍTULO 2 - DAS INSCRIÇÕES

- A inscrição implica na aceitação, por parte do candidato, de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo estabelecidos no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.
- 2.1.1- O candidato será responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, bem como por qualquer erro e omissão, e deverá estar ciente de que disporá dos requisitos necessários para contratação, especificados neste
- 2.1.2- Para se inscrever, o candidato deverá atender às condições para provimento da função e entregar em data a

 - Para se inscrever, o candidato deverá atender às condições para provimento da função e entregar em data a ser fixada em publicação foicial, quando da contratação, a comprovação de:

 I. ser brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do art. 12 da Constituição Federal;
 II. ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos;
 III. estar quite com as obrigações eleitorais;
 IV. estar quite com as obrigações militares (quando do sexo masculino);
 V. gozar de bo as aude fisica e mental para o exercício das atribuições da função, comprovada por avaliação médica oficial realizada por profissionais designados pela Prefeitura;
 VI. não registrar antecedentes criminais nos últimos 05 anos, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

 - VII. não ter sido demitido ou exonerado de serviço público (federal, estadual ou municipal) em consequência de processo administrativo (por justa causa ou a bem do serviço público) nos últimos 05 anos, VIII. não ocupar emprego ou função pública, ressalvados os acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal; IX. possuir os requisitos mínimos exigidos para a função, constantes do presente edital.
- As inscrições serão feitas exclusivamente via internet, no site www.consesp.com.br, no periodo de 25 de novembro a 25 de dezembro de 2023, (horário de Brasília), devendo, para tanto, o interessado proceder da seguinte forma:
 - acesse o site <u>www.consesp.com.br</u> e clique, em inscrições abertas, sobre a cidade que deseja se
 - inscrever.
 b) em seguida, clique em INSCREVA-SE JÁ, digite o número de seu CPF, leia e aceite os termos e condições e clique em continuar,
 c) digite corretamente o CEP de seu endereço, escolha a função para a qual deseja se inscrever, clique

 - em continuar, d) na próxima página preencha corretamente os dados de inscrição, leia e aceite os termos e condições e, clique em FINALIZAR INSCRIÇÃO;
 - em seguida confira seus dados, o cargo escolhido, crie sua SENHA DE ACESSO e clique em CONCORDO e EFETIVAR INSCRIÇÃO;
 - f) na sequência, escolha a opção de pagamento, se Pix ou boleto, GERE E IMPRIMA O DOCUMENTO da forma escolhida, e efetue o pagamento da taxa de inscrição, respeitando a data de vencimento e horário
- 2.2.1- Caso o candidato seja pessoa com deficiência, DEVERÁ no momento da inscrição solicitar o atendimento especializado, se necessário e, observar as regras do capítulo 3 deste Edital. (A não solicitação deste atendimento eximirá a empresa de qualquer providência).
- 2.2.2- Para inscrever-se o candidato deverá recolher o valor correspondente a R\$ 50.00 (cinquenta reais) referente a
- 2.2.3- O pagamento com BOLETO deverá ser feito em qualquer agência bancária até a data de vencimento, que corresponde ao primeiro dia útil após a data do encerramento das inscrições, entendendo-se como "não úteis" exclusivamente os feriados nacionais e estaduais e respeitando-se, para tanto, o horário da rede bancária,

- considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição não ser processada, recebida e validada
- 2.2.4- O pagamento com PIX deverá ser feito em qualquer agência bancária até o último dia de inscrição respeitando-se, para tanto, o horário de rede bancária, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de a inscrição, ao ser processada, recebida e validada.
- 2.2.5- Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por meio de cheque, depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrição ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital, em especial fora dos meios elencados no item 2.2.3 e 2.2.4
- Quarenta e oito horas após o pagamento, conferir no site www.consesp.com.br es os dados da inscrição efetuada pela internet foram recebidos e seu status encontra-se como "inscrição confirmada". Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a CONSESP, pelo telefone (11) 5093-1314, para verificar o ocorrido.
- 2.2.7- Para gerar o comprovante de inscrição (após o pagamento) basta digitar o seu CPF no menu CONSULTE, em seguida selecionar o Concurso correspondente à inscrição desejada, e imprimir comprovante de inscrição.
- 2.2.8- A CONSESP não se responsabiliza por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.
- Após encerramento das inscrições, os eventuais erros de digitação no nome, CPF e data de nascimento deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas, mediante solicitação ao Fiscal de Sala
- A taxa de inscrição somente será devolvida ao candidato nas hipóteses de cancelamento do certame pela própria Administração ou quando o pagamento for realizado em duplicidade ou fora do prazo.
- O candidato que não tiver acesso próprio à internet poderá efetuar sua inscrição por meio de serviços públicos, tais como o Programa ACESSA SÃO PAULO, que disponibiliza a todo cidadão, gratuitamente, postos públicos para o acesso à internet. Para utilizar os computadores, basta fazer um cadastro e apresentar o documento de identidade nos Postos do ACESSA SÃO PAULO.

CAPÍTULO 3 - DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1- Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 e suas alterações posteriores que regulamentam a Lei 7853/89, reservado às pessoas com deficiência, aprovadas e classificadas dentro dos limites estabelecidos no presente edital, terão reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.
- 3.1.1- Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou função.
- 3.1.2- Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal 3.298/99, e demais legislações posteriores, vigentes e pertinentes.
- Para ter direito a reserva de vagas o candidato deficiente DEVERÁ a) caso já possua no ato da inscrição a decumentação exigida digitalizada na extensão "PDF", cujo tamanho máximo deve ser de 10MB, em um único arquivo, o candidato DEVERA realizar o UPLOAD, anexando os documentos exigidos e ciciera no botão ENVIO DE ARQUIVOS, em seguida; ENVIAR LAUDO MÉDICO, ESCOLHER ARQUIVO (ANEXAR) e digitar no NOME/DESCRIÇÃO: LAUDO MÉDICO, clicar em ENVIAR, sob pena de indeferimento da inscrição:
 - b) se no momento da inscrição o candidato NÃO anexar os documentos exigidos para validação na condição de pessoa com deficiência, DEVERÃ até o dia útil subsequente ao término das inscrições (vencimento do boleto bancárilo), por meio de UPLOAD, na extensão "PDF", culo tamanho máximo deve ser dOIMB, em um único arquivo, acessar a página inicial do site www.consesp.com.br, localizar a área ENVIO DE ARQUIVOS, digitar seu CPF e senha de acesso (criada no momento da inscrição), clicar em consultar, em seguida clicar em ENVIAR LAUDO MÉDICO, ESCOLHER ARQUIVO (ANEXAR) e digitar no NOME/DESCRIÇÃO: LAUDO MÉDICO, clicar em ENVIAR, sob pena de indeferimento da inscrição;
 - c) a documentação exigida digitalizada na extensão "PDF", cujo tamanho máximo deve ser de 10MB, em um
 - on a combinação explica digitalizada na extensão Post , exploramento instanto deversar de Folia, em dimino arquivo, é:

 laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Deença CID —, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova, sob pena de indeferimento da inscrição.
- 3.2.1- As informações prestadas na ficha de inscrição no que se refere à inscrição, inclusive como pessoa com deficiência, assim como a documentação encaminhada, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo divil, criminal e administrativamente pelo teor das afirmativas. A CONSESP não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.
- 3.2.2- A pessoa com deficiência que no ato de inscrição não declarar essa condição ou ainda não fizer o "upload" do laudo médico, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas (inscrição indeferida como pessoa com deficiência), mesmo que tenha assinalado tal opção no ato da inscrição online. Neste caso, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação posteriormente.
- 3.2.3- O atendimento às condições especiais (atendimento especializado) solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e da razoabilidade do pedido.
- 3.2.4- Os documentos enviados para a inscrição como pessoa com deficiência terão validade somente para este Processo de Seleção e não serão devolvidos.
- 3.2.5- As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações posteriores, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao día, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 3.2.6- O candidato deverá incluir no momento da inscrição de pessoa com deficiência o detalhamento dos recursos necessários para realização da prova (exemplos: prova ampliada, sala de fácil acesso com rampa ou no térreo, mesa especial para cadeirante etc.).
- Ao ser convocado para a investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência a essinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 3.3.1- Após o ingresso do candidato com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.
- 3.4- A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas: contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.
- 3.4.1- Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória

CAPÍTULO 4 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1- O Processo Seletivo constará das seguintes provas:

| | | Prova Objetiva | | | | | |
|----------------------|------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------|-------------------------|--|--|
| NÍVEL SUPERIOR | Conhec. Especificos | Língua Portuguesa | Conhec. Educacionais | Conhec. de Informática | Avaliação de Títulos | | |
| Professor Substituto | - 10 | 10 | 10 | 10 | sim | | |

- 4.2- Os conteúdos constantes das provas são as constantes no Anexo II do presente Edital
- 4.3- A prova objetiva visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário para o desempenho das atribuições da função

CAPÍTULO 5 - DAS NORMAS

5.1- LOCAL - DIA - As provas objetivas (escritas) serão realizadas na cidade de Quintana na data provável de 21 de janeiro de 2023, no horário descrito abaixo, em locais a serem divulgados por meio de Edital próprio que será afixado no local de costume da Prefeitura, por meio de jornal com circulação no município e do site www.consesp.com.br, com antecedência mínima de 3 (três) dias. 5.1.1- HORÁRIOS (em ponto)

Abertura dos portões – 7:15 horas Fechamento dos portões – 7:45 horas Início das Provas – 8:00 horas

- 5.1.2- A prova objetiva terá a duração de 2h00min (duas horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas, e desenvolver-se-á em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, na forma estabelecida no presente Edital.
- número de candidatos exceda a oferta de locais suficientes ou adequados na cidade, a critério da CONSESP e da Prefeitura, as provas poderão ser realizadas em outras cidades próximas, aplicadas em datas e horários diferentes ou mesmo divididas em mais de uma data e horários, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais, por meio do site www.consesp.com.br.
- 5.3- Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Sugere-se que os candidatos compareçam 1 (uma) hora antes do horário marcado para o fechamento dos portões, pois, pontualmente no horário determinado, os portões serão fechados não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários
- 5.3.1- Será disponibilizado no site <u>www.consesp.com.br</u>, com antecedência mínima de 3 (três) dias, o Cartão de Convocação. Essa comunicação não tem caráter oficial, e sim, apenas informativo.
- 5.3.2- O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo.
- O candidato deverá comparecer ao local designado, munido de caneta de material transparente e tinta azul ou preta, lápis preto e borracha, além de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

 Cédula de Identidade RG;
 Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
 Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 Certificado Militar;
 Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

 - Passaporte.
- 5.4.1- Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura, podendo o candidato ser submetido à identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.
- 5.5 COMPORTAMENTO As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato COMPORTAMIENTO - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agenda eletrônica, telefone celular, smartphone, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, turbantes, chapelarias e outros adereços, protetores auriculares e outros acessórios similares. O candidato que for flagrado na sala de provas fazendo uso de qualquer dos pertences acima será excluído do Processo Seletivo.
- 5.5.1- O candidato que necessitar usar boné, gorro, chapéu, protetor auricular ou óculos de sol deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela Coordenação. Constatado qualquer problema, o candidato poderá ser excluído do Processo Seletivo.
- 5.5.2- Recomenda-se aos candidatos não levarem para o local de provas aparelhos celulares, contudo, se levarem, estes deverão ser desligados, preferencialmente com baterias retiradas, e acondicionados em invólucro fornecidos pela CONSESP, juntamente com demais pertences pessoais e colocados embaixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Pertences que não puderem ser alocados nos sacos plásticos deverão ser colocados no chão sob a guarda do candidato.
- 5.5.3- O candidato que for surpreendido dentro ou fora da sala antes do término da prova portando celular fora da embalagem lacrada fornecida pela CONSESP, mesmo que off-line (desligado) ou dentro dela, porem on-line (ligado) será excluido do Processo Seletivo, podendo, se quiser, continuar fazendo a prova, mas ciente de sua exclusão, inclusive poderá responder criminalmente por tentativa de fraude em processos seletivos. Ao concluir a prova e deixar a sala, o candidato deverá manter desligado o celular até a salda do prédio.
- 5.5.4- Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato. A organizadora não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 5.5.5- Reserva-se ao Coordenador do Processo Seletivo designado pela CONSESP e aos Fiscais, o direito de tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas, bem como excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, tais como:

 - a) ausentar-se do local de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal;
 b) não devolver ao fiscal da sala a folha de respostas e/ou qualquer outro material de aplicação da prova;
 c) fizer anotação de informações relativas ás suas respostas em qualquer material que não o fornecido pela empresa Consesp;
 d) estiver portando arma, mesmo que possua o respectivo porte;
 e) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
- Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Volante, designado pela Coordenação do Processo Seletivo.
- Não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências, inclusive nos estacionamentos fechados internos do local de realização das provas, exceto no caso de amamentação, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Processo Seletivo.
- 5.7.1- Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação à duração da prova da candidata.
- No ato da realização da prova objetiva, o candidato receberá a folha de respostas e o caderno de questões da prova, sendo de responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais e do material entreque
- 5.8.1- O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, no dia da realização da prova, deverá solicitar ao Fiscal de Sala que registre em seu relatório de ocorrências
- A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.
- respostas é personalizada e não poderá ser substituída por nenhuma das hipóteses constantes no campo "LEIA COM ATENÇÃO" da respectiva folha de respostas.
- 5.10 O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após decorridos 1h (uma hora) do horário
- O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, apos decorridos 1h (uma hora) do horáno estabelecido no Edital para as mesmas, devendo entregar a folha de respostas ao Fiscal de Sala e levar consigo o caderno de questões, será excluido do processo o candidato que não entregar a folha de resposta.
 Ao final das provas, os três últimos candidatos, obrigatoriamente, deverão permanecer na sala, a fim de assinar o verso das folhas de respostas e o lacre do envelope das folhas de respostas por la care do envelope das folhas de respostas juntamente com o Fiscal e Coordenador, sendo liberados quando todos as tiverem concluido.
- 5.12 Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio
- 5.13 O gabarito preliminar será disponibilizado no site www.consesp.com.br, por meio da busca por CPF/RG, após às 14h da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova, e permanecerão no site pelo prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO 6 - DOS TÍTULOS

6.1- O Processo Seletivo será de provas com valoração de títulos

Serão considerados os sequintes Títulos:

| ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS | VALOR |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Doutorado | 05 (cinco) pontos - máximo um título |
| Mestrado | 03 (três) pontos - máximo um título |
| Pós Graduação latu sensu | 02 (dois) pontos - máximo um título |
| Pontuação Máxima | 10 (dez) pontos |

- 6.1.1- O candidato que se inscrever para mais de uma função deverá entregar os títulos em envelopes separados, não sendo considerados, em hipótese alguma, os títulos apresentados para cargo diferente daquele descrito no
- Os candidatos deverão apresentar na data das provas objetivas, até 30 (trinta minutos) após o encerramento

das mesmas, em salas especialmente designadas, CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO OU NO ÓRGÃO REALIZADOR (conforme ítem 6.2.2) OU DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 3º DA LEI 13.726/2018 DE EVENTUAIS TÍTULOS que possuam, conforme o item 6.1 do presente Edital. Não serão considerados os títulos apresentados, por qualquer forma, fora do día e horário acima determinados, e estes deverão ser entregues em envelope identificado com nome, função e número de inscrição do candidato, conforme o modelo abativo, que será recebido com aposição de número de protocolo por meio et etiqueta adesiva, entregando-se cópia da mesma etiqueta ao candidato. Não serão aceitos títulos de funções que não estejam realizando prova na data e horário determinada



- 6.2.1- As cópias reprográficas deverão ser autenticadas em cartório ou no órgão realizador do certame, ou de acordo com o inciso II do artigo 3º da lei 13.726/2018 de eventuais títulos. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, protocolos de documentos referentes a títulos.
- Para serem autenticados no órgão realizador, os candidatos deverão levar os títulos originais acompanhados de cópia reprográficas para serem autenticados dentro do horário de expediente do mesmo e até o último dia útil da data que anteceda o Processo.
- 6.2.3- Não serão tiradas cópias reprográficas no órgão realizador, devendo os candidatos levarem ORIGINAIS e CÓPIAS SIMPLES para autenticação.
- 6.2.4 Não serão autenticados títulos no órgão realizador fora do prazo e horário estabelecido nos itens 6.2.1 e 6.2.2
- 6.2.5- Quando não for possível a autenticação nas formas acima previstas, no verso de cada cópia apresentada deverá o candidato assinar por extenso, implicando essa assinatura em declaração expressa da veracidade das informações nelas contidas, estando ciente que responderá administrativamente, civilmente e criminalmente por eventuais declarações falsas
- 6.2.6- Aplica-se o disposto no item acima aos documentos emitidos eletronicamente e/ou com assinatura digital
- 6.2.7- Após a entrega, não serão aceitos acréscimos de titulos, substituições e/ou complementações de quaisquer documentos entregues, sob qualquer hipótese.
- 6.2.8- Não serão considerados os documentos que não estejam em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a sua leitura e avaliação
- 6.2.9- As cópias dos documentos encaminhadas para a Avaliação de Títulos fora do prazo estabelecido no subitem deste Edital não serão analisadas
- 6.2.10- Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato de não os apresentar no dia e horário determinados.
- Serão pontuados como títulos o Diploma, Certificado, Declaração ou Atestado de conclusão do curso, em papel timbrado e com o CNPJ da Instituição de Ensino.
- Para que o título na forma de Certificado, Atestado ou Declaração seja considerado válido para pontuação prevista em edital, nele deverá conter EXPRESSAMENTE as seguintes informações: identificação do responsável, carga horária, confirmação da conclusão de entrega e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertação ou Tese, sob pena de não serem validados. Produzirá o mesmo efeito Ata de Defesa de Dissertação ou Tese que ateste a aprovação sem nenhum tipo de ressalva
- Os títulos obtidos no exterior deverão ser revalidados por universidades oficiais que mantenham cursos congêneres, credenciados junto aos órgãos competentes e deverão ser traduzidos por tradutor oficial
- Não serão pontuados como título documentos relacionados aos pré-requisitos do cargo pretendido. Caso o título figure como requisito, conforme presente edital, o candidato deverá entregar documentação adicional que comprove preencher os requisitos com outros títulos.
- Os pontos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação". Sobre a nota obtida pelos candidatos serão somados os pontos referentes aos títulos, para a classificação final
- Em que pese os títulos serem apresentados na data das provas, os pontos somente serão contados se o candidato obtiver a nota mínima para aprovação na prova objetiva.
- O candidato tem total responsabilidade seja ela cível, criminal e/ou administrativa pelos documentos apresentados para contagem e bonificação de títulos.
- Os títulos apresentados não serão devolvidos sob qualquer hipótese

CAPÍTULO 7 - DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

- A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório.
- 7.1.1- A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo.

 $NPO = \frac{100}{TQP} \times NAP$

ONDE: NPO = Nota da Prova Objetiva TQP = Total de Questões da Prova NAP = Número de Acertos na Prova

- 7.2- Será considerado aprovado na prova obietiva o candidato que obtiver, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos
- 7.2.1- O candidato que não auferir, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos na prova objetiva será desclassificado do

CAPÍTULO 8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 8.1- Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:
 - a) idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
 - b) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos, se houver
 - c) maior nota na prova de Língua Portuguesa, se houver
 - d) maior nota na prova de Matemática, se houver
- 8.1.1- Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por
- 8.1.2- O sorteio será realizado ordenando-se as inscrições dos candidatos empatados, de acordo com o seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da Loteria Federal, do sorteio imediatamente anterior ao dia de aplicação da Prova Objetiva, conforme os seguintes critérios:
 - a) se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será
 - a) se a soma dos algarismos da Loteria Federal for impar, a ordem será a decrescente,
 b) se a soma dos algarismos da Loteria Federal for impar, a ordem será a decrescente

CAPÍTULO 9 - DO RESULTADO FINAL

9.2- O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.

CAPÍTULO 10 - DOS RECURSOS

- 10.1 Somente poderá ser interposto 1 (um) recurso para cada questão, quando o mesmo se referir ao gabarito preliminar da prova objetiva, devendo o mesmo ser interposto nos termos do item 10.4 deste edital.
- 10.2 Para recorrer o candidato deverá:

 - acessar o site www.consesp.com.br
 em seguida clicar em CONCURSOS, RECURSOS, SOLICITAR e preencher os campos solicitados

- 10.2.1-Todos os recursos deverão ser interpostos até 2 (dois) dias corridos a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do pra-

 - da homologação das inscrições; dos gabaritos (divulgação no site); do resultado do Processo Seletivo em todas as suas fases.
- 10.2.2-Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail, via postal, via fax ou por meio de protocolo pessoal no órgão realizador.
- 10.3- Caberá à CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda. decidir sobre a anulação ou troca de alternativas de questões julgadas irregulares. Julgados os recursos em face do gabarito e/ou da prova objetiva, sendo caso, será publicado o gabarito definitivo, com as modificações necessárias pelo qual as provas serão corrigidas, que permanecerá no site pelo prazo estabelecido no item 10.2.1 do presente edital.
- 10.3.1-Em caso de anulação de questões, por duplicidade de alternativas corretas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos, e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.
- 10.4 Os recursos deverão ser fundamentados e estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada, referência bibliográfica e argumentação plausível.
- 10.5 Recursos não fundamentados na forma normatizada no item anterior ou interpostos fora do prazo serão julgados como "não conhecidos", sem julgamento de mérito.
- 10.6 A disponibilização da resposta aos recursos interpostos poderá ser feita por meio de consulta individual no site
- 10.7 A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, sendo sua decisão soberana, razão pela qual não cabe recurso adicional pelo mesmo motivo, ou seja, revisão de recurso, de recurso do recurso ou de recurso de gabarito definitivo.

CAPÍTULO 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das demais normas legais pertinentes, sobre as quais não se poderá alegar qualquer espécie de
- 11.2 A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulaindo-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, civel e penal.
- 11.3 Não obstante as penalidades cabíveis, a CONSESP poderá, a qualquer tempo, anular a inscrição ou a prova do candidato, desde que verificadas falsidades de declaração ou irregularidades.
- 11.4 A CONSESP, bem como o órgão realizador do presente certame, não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.
- 11.5 A folha de respostas do candidato será disponibilizada juntamente com o resultado final no site www.consesp.com.br.
- 11.6 Após a homologação do resultado final do Processo Seletivo, todos os documentos originais referentes ao mesmo (folhas de respostas, planilhas de provas práticas e títulos) serão encaminhados devidamente lacrados ao órgão contratante por meio de aviso de recebimento e/ou termo de entrega e que somente deverão deslacrá-los na presença do Tribunal de Contas mediante fiscalização do referido processo e somente incinerá-los após a homologação do processo pelo respectivo Tribunal de Contas. A referida documentação, exceto os títulos, será mantida em arquivo eletrônico pela CONSESP, com cópia de segurança, pelo prazo de três anos.
- A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação não gerando, o fato da aprovação, direito à nomeação. Apesar do número de vagas disponibilizadas no presente edital, os aprovados e classificados atém desse número **poderão** ser convocados para aquelas que vagarem e as que eventualmente forem criadas dentro do prazo da validade do presente Processo Seletivo.
- 11.8 A validade do presente Processo Seletivo será de "1" (um) ano, contado da homologação final dos resultados prorrogável uma vez por igual período a critério da Administração.
- 11.9- O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereco para correspondência, junto ao órgão realizador, após o
- 11.10- O Edital poderá ser impugnado, mediante justificativa legal e dentro do prazo de 3 dias contados da publicação do Edital, que decorrido implicará em aceitação integral dos seus termos
- 11.11- Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam, com qualquer dos sócios da CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda., a relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil. Constatado o parentesco a tempo, o candidato terá sua inscrição indefenda, e se verificado posteriormente à homologação, o candidato será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- 11.12- Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal e CONSESP Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda.
- 11.14- A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Quintana, 25 de novembro de 2023

Fernando Itapuã Branco Nunes

Elaborar o plano de aula, selecionando o assunto, o material didático a ser utilizado, com base nos objetivos fixados, para obter rendimento do ensino; Ensinar e cuidar de alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a demanda e necessidades educacionais, Orientar a construção do conhecimento, Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica da Escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas-aula-estabelecidas; Participar integralmente dos periodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade; desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de artículação da escola com as familias e comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao rendimento dos fins educacionais da escola e processo de ensino e aprendizagem e realizar tarefas administrativas; Elaborar projetos pedagógicos; Planejar ações didáticas e avaliar o desempenho dos alunos; Preparar material pedagógico, Organizar o trabalho educativo, Elaborar boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos, e anotando atividades efetuadas, para manter um registro que permita dar informações à diretoria da escola e aos pais; Organizar e promover solenidades comemorativas, jogos, trabalhos manuais, para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos históricos, sociais da Pátria de acordo com o planejamento pedagógico da escola; No desenvolvimento das atividades, mobilizar um conjunto de capacidades comunicativas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANTUNES, Celso Porta Aberta: indisciplina + conflito = solução. Por quê?. Pinhais: Editora Melo, 2008.
AZENI-IA, Maria da Graça. Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo. Editora Ática, 2000.
BOSSA, Nadia Aparecida. Difficuldades de Aprendizagem - O que São? Como Tratá-las?. Editora Saraiva, 200
CARYALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os pingos nos "is", Porto Alegre. Editora Meriagão, 2004
CORTELLA, Mario Sergio. Educação, convivência e ética: audácia e esperança! São Paulo: Cortez, 2015.
DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zlima de Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1983.
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2003.
FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da lingua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo Alica, 2006.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
KAMIII, Constance. A criança e o número. Campinas. Papinus, 1998.

LEMOV, Doug. Aula nota 10. São Paulo: Da Boa Prosa; Fundação Lemann, 2011.

LERNER, Delía. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Editora Heccus, 2017.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORETTI, Vanessa Dias; SOUZA, Neusa Maria Marques. Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Principios e Práticas Pedagógicas. Editora Cortez, 2015.

MORIN. Edgar: Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2008.

TEBEROSKY, Ana; COLMER, Teresa. Aprender a Ler e Escrever- Uma Proposta Construtivista. Porto Alegre. Artmed. 2002.

WEISZ, Telma. O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.

Francisco Ibernon. Formação Docente e Profissional - Formar-se para a mudança e a incerteza. 8ª e

Cortez, Editora. 2017. ZABALZA, Antoni, ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Publicações Institucionais:

BRASIL Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2 ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. — Brasilia: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível: http://portal.mec.gov.br/ 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão), Brasil Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. — Brasilia: MEC. SED. PUCE 2013.

brasii, ministerio da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Internativa Básica: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. — Brasilia: MEC, SEB, DICEI, 2013.
BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular/BNCC. Brasília: MEC/SEB 2017. (Conteúdo de que trata sua área de atuação).

LINGUA PORTUGUESA

FONOLOGIA: Conceitos básicos — Classificação dos fonemas — Silabas — Encontros Vocálicos — Encontros Consonantais — Digrafos — Divisão silábica ORTOGRAFIA: Conceitos básicos — O Alfabeto — Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos — A centuação foincia — Acentuação gráfica — Os acentos — Asceptos genéricos das regras de acentuação — As regras básicas — As regras especiais — Hiatos — Ditongos — Formas verbais seguidas de pronomes — Acentos diferenciais. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras — Conceitos básicos — Processos de formação das palavras — Conceitos básicos — Processos Regulares e Irregulares — Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração — Termos Integrantes da Oração — Termos Acessórios da Oração — Perído — Sintaxe de Colocação — Funções e Empregos das palavras "que" e "se" — Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen — O uso da Crase — Interpretação e análise de Textos — Tipos de Compação: Descrição — Narração — Dissertação — Tipos de Discurso — Qualidades e defeitos de um texto — Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem — Vícios de Linguagem.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União,
Brasilia, seção 1, 23 dez. 1996. (Acesso atualizado em http://www.planallo.gov.br/cc/vil-03/leis/19394-htm

Lei Federal nº 8.069/90 (Artigos 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasilia, seção I, 16 jul. 1990. (Acesso atualizado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Constituição da República Federativa do Brasil (**Artigos 205 a 217**). **Diário Oficial da União,** Brasília, seção I,

Constituição da republica Pederlativa du placin (rangue 200 st.) 1884 (Acesso altualizado em http://www.planalto.gov.br/coi/i 03/constituicao/constituicao.htm)

Lei Federal nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasilia, 25 jun. 2014. (Acesso atualizado em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)
______. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas

Brasilia: Ministerio da Educação, 2007. (Acesso em: http://portal.mec.gov.br/arcquivos/involivor.pdf)
Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cestatuto da Pessoa com Deficiência). (Acesso atualizado em http://www.planallo.gov.br/)
IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9 ed. São

Paulo: Cortez, 2011. DELORS. Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir - relatório para a UNESCO da Comissão Internacional

DELORS, Jacques et al. Educação: 'um tesouro à descobrir — relatorio para a UNESCO da Comissão internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

MACEDO, Lino. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?, Porto Alegre: Artmed, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomía ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar por uma docência de melhor qualidade. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 3 ed. São Paulo: Ática, 2018.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA
Sistemas Operacionais (Windows 10 * ou superior * e Linux); Conhecimentos de Teclado; Conhecimentos sobre: Word
2016 * ou superior *, Excel 2016 * ou superior *, PowerPoint 2016 * ou superior *, aplicativos da plataforma Microsoft
365 * ou superior *; Internet; Uso do correio eletrônico (Outlook 2016 * ou superior*); Segurança da Informação;
Conceitos gerais sobre segurança física, lógica, firewall, criptografía e afins. Compartilhamento e colaboração de
arquivos on-line. (*) – na sua instalação padrão, no idioma Português-Brasil.

| EVENTO | DATA |
|--|--------------------|
| Divulgação do Edital de Abertura do Concurso Público | 25/11/2023 |
| Impugnação ao Edital | 25 a 27/11/2023 |
| Periodo de Inscrições | 25/11 a 25/12/2023 |
| Último dia para envio dos laudos médicos (Upload) | 26/12/2023 |
| Último dia para pagamento da inscrição - PIX | 25/12/2023 |
| Último dia para pagamento da inscrição - Boleto | 26/12/2023 |
| Divulgação da homologação das inscrições e deferimento de atendimento especial e Convocação para as Provas Objetivas | 11/01/2024 |
| Recurso da homologação das inscrições | 12 e 13/01/2024 |
| Data de aplicação das Provas Objetivas Entrega de Títulos | 21/01/2024 |
| Divulgação do Gabarito Preliminar no site | 22/01/2024 |
| Prazo para interposição de recursos referente questões da prova e gabarito | 23 e 24/01/2024 |
| Divulgação do resultado preliminar do Concurso Público | Até 15/02/2024 |
| Prazo para interposição de recursos sobre o resultado da pontuação das folhas de respostas | À definir |
| Publicação da Classificação Final | À definir |
| Homologação do Concurso | À definir |

Horóscopo 2023: confira a previsão de hoje (03/12) para seu signo



A entrada de Mercúrio na sua área da carreira agilizará negociações e respostas de trabalho. As comunicações profissionais estarão abertas. Você poderá firmar novo contrato e alcançar metas mais elevadas nesta fase. A semana terminará com mais espaço para o prazer e muita criatividade. Aproveite para viajar ou curtir programas culturais divertidos. Amor em alta!



Mercúrio trará mais organização no trabalho e na rotina. Dê prioridade aos cuidados de saúde e aos assuntos de família pendentes. A semana terminará com novos projetos e decisões de vida. Viaje com os filhos ou com o par e restaure suas energias. Entusiasmo e prazer estarão de volta nesta fase. Invista num lifestyle mais gostoso. Sucesso!

Marília e Pompeia têm representantes na Conferência Nacional de Juventude

Redação O DIA editor@odiademarilia.com.br

A SJC (Secretaria da Justiça e Cidadania), por meio da CPJ (Coordenadoria de Políticas para a Juventude), divulgou nesta semana a lista dos 140 delegados do estado de São Paulo para participarem da 4ª Conferência Nacional de Juventude, que acontecerá entre os dias 14 e 17 de dezembro, em Brasília.

A escolha dos delegados paulistas para a etapa nacional ocorreu durante a 4ª Conferência Estadual de Juventude, realizada na Estância Turística de Olímpia, no final de novembro. Na ocasião, 121 delegados representantes da sociedade civil e do poder público



Juan Orellana, representando Marília, com outros delegados em Conferência

foram eleitos na plenária geral.

Juan Orellana, representando Marilia, está entre os 121 delegados estaduais juntamente com Ana Carolina Sposito Pereira, de Pompeia, que também irá à Brasília na próxima semana.

"A etapa estadual foi um sucesso com a participação de jovens de todas as regiões do estado de São Paulo. As várias propostas apresentadas nos grupos de trabalho serão encaminhadas para a edição nacional", destaca o coordenador da CPJ, Juliano Borges.

Na Conferência Nacional, os delegados paulistas vão apresentar as propostas em debates sobre 12 eixos: Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil; Educação; Profissionalização, Trabalho e Renda; Diversidade e Igualdade; Saúde; Cultura; Comunicação e Liberdade de Expressão; Desporto e Lazer; Território e Mobilidade; Sustentabilidade e Meio Ambiente; e Segurança Pública e Acesso à Justiça; e o Sistema Nacional de Juventude.

